

**PASSIVO****2017****CIRCULANTE****Obrigações tributárias**

IRRF Folha	1.655,44
PIS-PASEP	373,28
Simples	51,85

**Obrigações trabalhistas****Obrigações com Pessoal**

Salários	13.247,45
----------	-----------

**Obrigações previdenciárias**

INSS	6.716,49
FGTS	2.046,29

**Total do circulante****24.090,80****PATRIMÔNIO SOCIAL**

Patrimônio social	137.911,08
-------------------	------------

**Déficit / Superávit**

Superávit do Exercício	179.377,04
------------------------	------------

**RESERVAS DE SUPERÁVIT**

Superávit/(-) Déficit acumulado	- 33.784,98
---------------------------------	-------------

**Total do patrimônio social 283.503,14****TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 307.593,94**

**ELISA CARDEAL MUELLER**  
Diretora de Sustentabilidade Financeira

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR - CEDAP**

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR – CEDAP  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao  
Centro de Educação e Assessoria Popular - CEDAP A/C: Administradores, Diretores e Conselheiros

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Educação e Assessoria Popular – CEDAP (entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

O Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, não foram submetidos à auditoria externa.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 26 de abril de 2018.  
Atenciosamente, **Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa**  
Contador CRC ISP167515/O-0 Consulcamp Auditoria CRC ZSP024818/O-5

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Valores expressos em reais – R\$.

Ativo	Nota	2017		2016		Passivo	Nota	2017		2016	
		R\$	(NÃO AUDITADO)	R\$	(NÃO AUDITADO)			R\$	(NÃO AUDITADO)	R\$	(NÃO AUDITADO)
<b>Ativo Circulante</b>						<b>Passivo Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.157.437	875.732			Fornecedores		1.441	1.091		
Depositos Antecipados		772	1.110			Tributos a Pagar		306	110		
		<b>1.158.209</b>	<b>876.842</b>			Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	248.029	199.846		
						Subvenções/Convênios a Realizar	7	418.335	448.624		
								<b>868.107</b>	<b>648.571</b>		
<b>Ativo Não Circulante</b>						<b>Patrimônio Líquido</b>					
Ativo Imobilizado	5	45.640	47.514			Patrimônio Social	8	283.385	330.289		
		<b>45.640</b>	<b>47.514</b>			Superávit/(Déficit) do Exercício		52.357	(46.904)		
								<b>335.741</b>	<b>283.385</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.203.849</b>	<b>924.356</b>			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.203.849</b>	<b>924.356</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Período Valores expressos em reais – R\$.

	Nota	2017	2016
			(NÃO AUDITADO)
<b>Receitas Operacionais</b>			
<b>Com Restrição</b>		<b>3.203.385</b>	<b>2.921.335</b>
PAEFI II		126.678	608.845
C. Convivência		299.840	267.627
Projeto de 06 a 14 anos		112.988	97.305
Artesios Fundação Casa		1.962.856	1.923.317
SESF		526.870	-
FEAC		148.258	-
Doações de alimentações		25.895	24.241
<b>Sem Restrição</b>		<b>108.840</b>	<b>75.690</b>
Doações		106.797	54.301
Doações Patrimoniais		-	913
Outras Receitas		2.043	20.476
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>			
<b>Custos com Programas (Convênios)</b>	9	<b>(3.262.042)</b>	<b>(3.026.846)</b>
PAEFI II		(126.678)	(608.845)
C. Convivência		(303.845)	(278.002)
Projeto de 06 a 14 anos		(112.988)	(97.305)
Artesios Fundação Casa		(2.012.621)	(2.018.453)
SESF		(530.863)	-
FEAC		(149.152)	-
Doações de alimentações		(25.895)	(24.241)
<b>Superávit/(Déficit) bruto</b>		<b>50.183</b>	<b>(29.820)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
<b>Administrativas</b>		<b>(71.329)</b>	<b>(125.464)</b>
Salários		(15.024)	(8.800)
Encargos Sociais		(2.035)	(26.179)
Impostos e Taxas		(1.732)	(1.236)
Manutenção		(11.604)	(388)
Despesa com Serviço de Terceiro		(20.926)	(19.660)
Depreciação e Amortização		(3.508)	(3.034)
Outras Despesas Administrativas		(16.500)	(66.167)
<b>Déficit Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(21.146)</b>	<b>(155.285)</b>
Receitas Financeiras		19.012	23.734
Receitas Financeiras Restrita		58.517	88.817
Despesa Financeira		(4.026)	(4.171)
<b>Superávit/(Déficit) do Exercício</b>		<b>52.357</b>	<b>(46.904)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro 2017 e 2016 Valores expressos em reais – R\$.

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>434.146</b>	<b>(103.857)</b>	<b>330.289</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(103.857)	103.857	-
Déficit do Exercício Social		(46.904)	(46.904)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>330.289</b>	<b>(46.904)</b>	<b>283.385</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(46.904)	46.904	-
Superávit do Exercício Social		52.357	52.357
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>283.385</b>	<b>52.357</b>	<b>335.741</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2017 e 2016 Valores expressos em reais – R\$.

	2017	2016 (Não auditado)
<b>1. Atividades Operacionais</b>	<b>283.339</b>	<b>(313.399)</b>
<b>1.1 Resultado e Outras Variações de Caixa</b>	<b>55.864</b>	<b>(43.870)</b>
Superávit/Déficit do Período	52.357	(46.904)
Depreciação e Amortização	3.508	3.034
<b>1.2 Variação nos Ativos e Passivos</b>	<b>227.474</b>	<b>(269.529)</b>
Subvenções a Receber	0	1.715.581
Despesas Antecipadas	338	(311)
Empréstimo a Empregados	0	867
Fornecedores	350	(730)
Tributos a Pagar	196	(7.155)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.182	(6.760)
Subvenções/Convênios a Realizar	169.408	(1.971.021)
<b>2. Caixa Líq. Consumidos Atividade de Investimento</b>	<b>(1.634)</b>	<b>(5.578)</b>
Aquisição de Ativo Imobilizado	(1.634)	(5.578)
<b>3. Aumento (Redução) no Caixa e Equivalente Caixa</b>	<b>281.705</b>	<b>(318.977)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	875.732	1.194.709
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.157.437	875.732
<b>4. Variação de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>281.705</b>	<b>(318.977)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CEADAP - Centro de Educação e Assessoria Popular**

Notas explicativas da administração às demonstrações

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

Valores expressos em reais – R\$.

**1. Contexto Operacional**

A Entidade Centro de Educação e Assessoria Popular - CEDAP é uma pessoa jurídica de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade:

- a) Contribuir para elevação da cidadania e da qualidade de vida, incentivando a prática da participação, da solidariedade, da organização e da ação comunitária.
- b) Desenvolver atividades de caráter protetivo, de educação e de promoção humana, social e ambiental, com prioridade para aquelas vinculadas à política de Assistência Social.
- c) Desenvolver, aperfeiçoar e transmitir metodologias relativas à educação popular, ao trabalho socioeducativo com adolescentes, à formação de grupos representativos, à organização comunitária, a associações cooperativas e de desenvolvimento social, cultural e ambiental.
- d) Promover e divulgar estudos, pesquisas e avaliações de experiências educativas e de promoção social e ambiental.
- e) Capacitar e assessorar organizações sociais, entidades, movimentos e lideranças populares quanto ao desempenho da representatividade e ao desenvolvimento de projetos de interesse social.

**2. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”.

**3. Principais Práticas Contábeis**

**a) Apuração do Superávit**

O superávit é apurado pelo regime de competência, os recursos recebidos destinados aos projetos são registrados em conformidade com a Resolução 1.409 de 2002. As doações para custeio são contabilizadas como receita no período em que são recebidas e as doações patrimoniais são contabilizadas diretamente no resultado. O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício, enquanto não aprovado em assembleia pelo Conselho de Administração e após a sua aprovação é transferido para a conta Patrimônio Social.

O recebimento efetivo das Subvenções Governamentais e Convênios são contabilizados em contas do passivo circulante e as receitas de subvenção são reconhecidas no momento da realização dos projetos a elas vinculadas, cuja validação ocorre após a prestação de contas ao órgão público.

**b) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante**

Os ativos e passivos circulantes são assim classificados quando se espera realizá-lo ou consumi-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, já os ativos e passivos não circulantes são assim classificados quando sua realização ocorrer após 12 meses do período de divulgação.

**c) Ativo Imobilizado**

A entidade não possui controle de seus Ativos Imobilizados, e depreciações foram calculadas pelo saldo existente na contabilidade. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal.

**d) Patrimônio Social**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Estão demonstradas as custas acrescidas dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização ou de mercado.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2017	2016 (Não auditado)
Caixa	873	542
Banco - Conta Movimento	21.659	6.916
Com restrição	21.313	50
Sem restrição	346	6.866
Banco - Conta Investimento	1.134.905	868.274
Com restrição	848.961	664.843
Sem restrição	285.943	203.431
<b>Total</b>	<b>1.157.437</b>	<b>875.732</b>

**5. Ativo Imobilizado e Intangível**

A composição do ativo imobilizado e intangível está valorizada pelo custo de aquisição, e está representada na seguinte forma.

Imobilizado	2016 (Não auditado)	Aquisições	Depreciações	2017
Móveis e Utensílios	17.338	655	(873)	17.120
Máquinas e Equipamentos	176	641	(107)	711
Computadores e Periféricos	20.691	337	(1.480)	19.548
Instalações	9.309	-	(1.048)	8.261
<b>Total</b>	<b>47.514</b>	<b>1.634</b>	<b>(3.508)</b>	<b>45.640</b>

A depreciação foi calculada levando em consideração as vidas úteis dispostas na legislação fiscal, sendo assim, não foi realizada adequações conforme novas disposições contábeis referentes à NBC TG 27- Ativo Imobilizado e resolução do CFC nº 1.409/2012.

**6. Obrigações Trabalhistas e Sociais**

O grupo de obrigações trabalhistas e sociais é oriundo de provisões de férias, encargos trabalhistas e sociais, correspondendo ao montante de R\$ 248.029 (R\$ 190.846 em 2016) e serem quitados no decorrer do exercício de 2018.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	2017	2016 (Não auditado)
INSS a recolher	7.040	4.763
FGTS a recolher	19.908	-
Contrib. Sindical a Recolher	36	83
PIS a recolher	1.221	798
IRRF a pagar	3.295	1.969
Provisões de Férias	216.528	183.234
<b>Total</b>	<b>248.029</b>	<b>190.846</b>

**7. Subvenções / Convênios a realizar**

O quadro abaixo demonstra o saldo atual por Convênios a realizar, nos anos de 2017 e 2016.

Convênios	2017	2016 (Não auditado)
Convênio de Colaboração PMC	23.702	66.735
F Casa 1723/2016	775.323	605.852
FEAC a Executar	21.315	-
Convênio de Colaboração SESF	47.767	-
Despesas não desembolsadas	(249.776)	(223.663)
<b>Total</b>	<b>618.331</b>	<b>448.924</b>

**8. Patrimônio Social**

O Patrimônio Social é composto dos bens de Constituição da entidade e, ano a ano, os Débitos ou Superávits apurados no resultado também são acrescidos ao Patrimônio Social do CEDAP.

**9. Custo com Programas (Convênios)**

Os Recursos de subvenções recebidas tiveram a seguinte destinação:

**Período 2017:**

Despesas Restritas	C. Convivência	Doações	FEAC	Fundação Casa PAEFFI II	Projeto de 06 a 14 anos	SESF	Total
Aluguel e Condomínio	(12.940)	(53.925)	(7.294)	(83.358)	(398)	(23.382)	(97.541)
Eventos, Viagens e Esta	-	(269)	(796)	(9.664)	(240)	(485)	(84.510)
Impostos e Taxas	-	-	-	(114.282)	(1.546.592)	(80.699)	(110.901)
Provetos e Encargos	(253.255)	(114.282)	(1.546.592)	(80.699)	(110.901)	(422.680)	(2.528.319)
Serviços Terceiros	(1.121)	(23.550)	(116.500)	(23.699)	(365)	(52.177)	(217.411)
Suprimentos e Almozarifado	(30.176)	(8.200)	(175.144)	(11.753)	(1.566)	(25.974)	(252.814)
Telefone e Internet	(3.912)	(4.054)	(22.672)	(2.019)	(156)	(5.311)	(34.324)
Energia Elétrica	(2.441)	-	(3.107)	(596)	-	(1.150)	(7.294)
Despesas Diversas	-	(1.659)	(69)	-	-	(71)	(1.799)
Doação de Alimentos	(25.805)	-	-	-	-	-	(25.805)
<b>Total</b>	<b>(303.845)</b>	<b>(25.895)</b>	<b>(149.152)</b>	<b>(2.012.621)</b>	<b>(126.678)</b>	<b>(112.988)</b>	<b>(530.863)</b>

**Período 2016 (Não auditado):**

Despesas Restritas	C. Convivência	Doações	Fundação Casa PAEFFI II	Projeto de 06 a 14 anos	Total
Aluguel e Condomínio	(11.754)	(52.039)	(34.341)	(75.404)	(98.134)
Eventos, Viagens e Estádios	-	(1.912)	(1.461)	(2.232)	(5.605)
Impostos e Taxas	-	-	-	(1.461)	(13.373)
Provetos e Encargos	(226.342)	(1.551.888)	(433.057)	(92.301)	(2.323.588)
Serviços Terceiros	(708)	(108.276)	(71.320)	(460)	(180.763)
Suprimentos e Almozarifado	(33.078)	(193.164)	(36.766)	(4.605)	(267.613)
Telefone e Internet	(8.253)	(23.652)	(7.741)	-	(35.195)
Energia Elétrica	(2.296)	(2.399)	(1.847)	-	(6.542)
Despesas Diversas	-	(1.973)	(360)	-	(2.332)
Doação de Alimentos	(24.241)	-	-	-	(24.241)
<b>Total</b>	<b>(278.002)</b>	<b>(2.241)</b>	<b>(2,018,453)</b>	<b>(97,305)</b>	<b>(3,026,840)</b>

**10. Dirigentes e Conselheiros**

Os diretores e conselheiros não percebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

**11. Gratuidade**

Os projetos são totalmente gratuitos e conforme requisita a Lei 12.101 de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade mantém de forma contínua e regular a escrituração contábil de suas receitas e despesas, bem como, a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

**12. Isenções**

A renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolada sob o nº 71000.052570/2015-18.48033, foi deferida conforme Portaria nº 32 de 21/02/2017 e publicada no Diário Oficial da União, em 03 de março de 2017, com vigência de 28/05/2015 a 27/05/2018.

A isenção usufruída pela entidade constitui de isenção da quota patronal da contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social no exercício de 2017, com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, resultando no montante de R\$ 536.928.

**13. Cobertura de Seguro**

Considerando a natureza de suas atividades e orientação de seus consultores de seguros, a Entidade mantém apólice de seguro contra incêndio e danos elétricos para bens próprios no valor total de R\$ 850 mil de acordo com o seguinte detalhamento:

Seguro	Cobertura	Limite máximo de indenização
<b>Porto Seguro Cia de Seguros Gerais</b>		<b>592.000</b>
Apólice: 0118.26.70.234-1	Incêndio, explosão e fumaça	480.000
Vigência: 09/08/2017 a 09/08/2018	Danos elétricos	12.000
Sede I - Jardim Guanabara	Perda de aluguel	24.000
	Subtração de bens	20.000
	Responsabilidade civil	10.000
	Impacto de veículos e queda de aeronaves	26.000
	Vandalismo sem impacto de veículos	20.000
<b>Porto Seguro Cia de Seguros Gerais</b>		<b>258.000</b>
Apólice: 0118.26.77.020-7	Incêndio, explosão e fumaça	150.000
Vigência: 28/05/2017 a 28/05/2018	Danos elétricos	10.000
Sede II - Jardim Campinas Grande	Perda de aluguel	12.000
	Subtração de bens	6.000
	Responsabilidade civil	30.000
	Impacto de veículos e queda de aeronaves	30.000
	Vandalismo sem impacto de veículos	20.000
<b>Total</b>		<b>850.000</b>

A administração julga serem suficientes, os valores para a cobertura de eventuais sinistros que possam ocorrer.

**SE O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA PODE MATAR, ELE NÃO PODE NASCER.**



**ACESSO O SITE E SAIBA COMO PROTEGER SUA FAMÍLIA E VIZINHOS**

**campinas.sp.gov.br/combateadengue**